



MAIS DE UMA DÉCADA DE EXISTÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG/UFT: TRAJETÓRIA, PRODUÇÃO E EXPECTATIVAS

MORE THAN A DECADE OF EXISTENCE OF THE GRADUATE PROGRAM IN GEOGRAPHY – PPGG/UFT: TRAJECTORY, PRODUCTION AND EXPECTATIONS

Roberto Souza Santos – UFT – Porto Nacional – Tocantins - Brasil
robertosantos@uft.edu.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar a trajetória do autor em suas pesquisas científicas na área da geoterritorial de Pós-graduação em Geografia no Campus Universitário de Porto Nacional. O texto problematiza o método teórico na área da Geografia Humana quanto a interpretação da realidade estabelecida no espaço. O método científico não deve ser tratado numa perspectiva disciplinar e sim interdisciplinar. Não há métodos exclusivos para determinadas ciências e, a ciência geográfica não trabalha com um único método. Historicamente, a ciência geográfica é caracterizada por uma pluralidade metodológica. Cabe aos geógrafos escolher o método teórico de sua escolha. Relata a trajetória das pesquisas teóricas e empíricas desenvolvidas pelo autor durante a sua atuação no Mestrado em Geografia em Porto Nacional e as suas expectativas quanto ao trabalho de futuras pesquisas científicas no curso. A metodologia trabalhada no texto baseou-se em uma revisão bibliográfica e em um relato das pesquisas empíricas do autor.

Palavras-chave: pesquisa científica, método teórico, ciência.

ABSTRACT: This article aims to address the author's trajectory in his scientific research in the area of geoterritorial in the Postgraduate course in Geography at the University Campus of Porto Nacional. The text problematizes the theoretical method in the area of Human Geography regarding the interpretation of the social reality established in the social space. The scientific method should not be treated from a disciplinary perspective, but an interdisciplinary one. There are no exclusive methods for certain sciences, and geographic science does not work with a single method. Historically, geographic science is characterized by methodological plurality. It is up to geographers to choose the theoretical method of their choice. It reports the trajectory of the theoretical and empirical research developed by the author during his work in the Master's in Geography in Porto Nacional and his expectations regarding the work of future scientific research in the course. The methodology used in the text was based on a bibliographic review and on an account of the author's empirical research.

keywords: scientific research, theoretical method, science.

Problematizando a pesquisa no contexto do método teórico

Em todo o período de atuação ao mestrado de Geografia na UFT/Porto Nacional, tive e tenho a grande missão que é ensinar e pesquisar dentro dos rigores da ciência. Em termos

do conhecimento produzido, ao longo dos anos da existência da pós-graduação, em particular no ofício de pesquisador, é importante delimitar o marco teórico-metodológico no qual, me ancorei no desenvolvimento das pesquisas teóricas e empíricas. Sou um dos pesquisadores que constrói o conhecimento geográfico e interpreta os conceitos teórico-metodológicos na ciência geográfica, a partir de um método de interpretação. Quando iniciei meus trabalhos na UFT, já tinha um norte teórico. Com o passar do tempo, com as experiências teóricas, empíricas e de pesquisa na graduação e pós-graduação, fui definindo melhor essa concepção de mundo teórico. Atualmente, me vejo mais afinado com os ditames teóricos e metodológicos da Geografia Crítica.

Continuo acreditando em uma Geografia que procura compreender e analisar o espaço geográfico da sociedade capitalista, onde impera a luta de classes em um espaço socialmente contraditório. Um espaço onde trabalhadores e donos dos meios de produção têm interesses conflitantes em um meio social que o Estado burguês está a serviço do capital. É a partir deste pressuposto que tenho trabalhado pesquisas desenvolvidas. O método teórico científico para mim, tem muita importância para nós pesquisadores construirmos o conhecimento teórico e empírico. A ciência é fruto do pensamento humano, se é humano, logo a ciência faz parte do contexto humano como a política, a religião, etc. Assim, como na religião e na política, as pessoas tomam posições distintas e acreditam em uma concepção de mundo religioso ou político. Nós pesquisadores também fazemos escolhas de métodos, de teorias e de concepção mundo científico.

Basta lembrarmos por exemplo, de Karl Marx em sua obra *Crítica a Economia Política*, em que tomou uma orientação norteadora sobre a sua concepção teórica do modo de produção capitalista. Outro exemplo, são os filósofos do Círculo de Viena. Na década de 1920, com a crise do positivismo clássico, um grupo de filósofos, entre eles Albert Einstein repensou a filosofia positivista, colocando mais tempero das ciências exatas na filosofia positivista. Escreveram um ensaio teórico apelidado de *Concepção Científica do Mundo*. Neste ensaio, eles tomaram uma posição teórico-metodológica de mundo, aquele baseado nos pressupostos teóricos da Matemática e da Física. Na verdade, eles não entraram no debate polêmico das contradições sociais que é um objeto complexo da ciência e não comporta uma lei geral para analisá-lo, como propõe o positivismo.

O método científico não deve ser tratado numa perspectiva disciplinar e sim interdisciplinar. Salvador (2012) afirma que não há métodos exclusivos para determinadas

ciências e concorda com Tricart (2006) que pontua que a ciência geográfica não trabalha com um único método. Historicamente, sabemos que a ciência geográfica é caracterizada por uma pluralidade metodológica. Este fato reforça a ideia de que há vários caminhos teórico-metodológicos que podem ser seguidos. Inclusive, podemos trabalhar o mesmo método tanto na Geografia Humana quanto na Geografia Física, depende de como o geógrafo pesquisador vai abordar a sua temática. Partindo do pressuposto que a Geografia trabalha com vários métodos, inclusive, o método de interpretação como o positivismo, o empirismo lógico, a dialética materialista, a teoria fenomenológica e o estruturalismo, nós geógrafos devemos adotar um método que vá de encontro com nossas convicções teóricas e metodológicas.

Dentro deste universo de caminhos teórico-metodológicos, tenho simpatia pelo método do Materialismo Histórico Dialético como um princípio norteador de minhas pesquisas e elaboração de artigos científicos e livros e capítulos de livro. É uma questão de escolha pessoal, não podemos fazer julgamento de qual o melhor método teórico para se trabalhar. No meu caso que adotei o método do Materialismo Histórico Dialético, é uma questão que acredito ser este o método que vem de encontro com as minhas expectativas teóricas interpretativas.

O método dialético refuta o senso comum, ele vai além da simples aparência dos objetos. A aparência dos objetos pode nos enganar, esconder o real, o concreto. Temos que buscar a essência dos objetos de análise científica. Salvador (2012) alerta-nos que quem opta pelo método dialético, não deve trabalhar com fatalismos, mas, sim com processos. A investigação científica aqui, trabalha com a infraestrutura e a superestrutura. Ou seja, há uma relação entre o modo de produção e Estado burguês. O próprio Marx afirmou que o Estado se constitui em um gabinete da burguesia capitalista. Em outras palavras, o Estado está a serviço da burguesia capitalista.

A interpretação teórica deste método, é de que a sociedade capitalista é composta por duas classes sociais (trabalhadores e donos dos meios de produção) onde impera a luta de classes, portanto, com interesses contraditórios. A sociedade é vista enquanto produto das condições materiais determinadas pelo processo histórico. As condições materiais sociais constroem uma sociedade socialmente desigual como propõe Neil Smith em sua obra *Desenvolvimento desigual* e compartilhada pelo geógrafo David Harvey em suas várias obras, entre elas posso destacar a obra *A produção do espaço capitalista*.

Segundo Netto (2011 p 21), no método dialético “O sujeito interpreta o real, a teoria é o movimento real do objeto transporto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)”. Isto é, uma relação direta do sujeito com o objeto. No método dialético, sujeito e objeto são intrínsecos. O sujeito se constrói e se transforma. Temos que ter a consciência de que tudo muda, devido a tudo estar em movimento. O movimento, que é causado pelas ações e relações humanas. Tudo é construído social e historicamente, portanto, é um movimento e, se é um movimento, é um processo.

É todo esse movimento dialético que constrói o espaço social. É a luta de classes dentro do processo histórico que constrói a nossa sociedade capitalista e também os sujeitos sociais e políticos. Nesse processo, a formação social dos sujeitos é condicionada pela produção material concreta da sociedade capitalista. Isto é, as condições sociais determinam a formação dos sujeitos sociais. A formação política, ideológica e cultural dos sujeitos sociais é condicionada pelas condições materiais estabelecidas na sociedade capitalista. Neste particular, Marx (1974, p. 136) afirma que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Ou seja, o ser social é fruto das condições materiais e a consciência dos sujeitos são condicionadas pelo ser social e não pelo ser individual.

Na ciência, a discussão parte da existência da relação dialética entre o sujeito do conhecimento e o objeto da investigação. Aqui, o sujeito está intimamente ligado a uma classe social a qual pertencem. A ciência trabalha com a relação dialética existente entre ideologia e ciência, sujeito e objeto. Ou seja, como o conhecimento do objeto pode influenciar as opções práticas, éticas, sociais ou políticas do sujeito, a visão de mundo do sujeito influenciaria a atividade científica no seu conjunto. Os positivistas acreditam na neutralidade científica, em que o sujeito investigativo menos importante do objeto investigado. A ciência não é neutra. Por exemplo, a Nova Geografia não contestou o Estado burguês e nem o modo de produção capitalista. Na verdade, a Nova Geografia cuidou de números e não do espaço social. Para a Geografia Crítica a ciência não é neutra.

É muito importante que tenhamos um cuidado quando se trata das questões metodológicas para a construção do conhecimento geográfico e para realizarmos as nossas pesquisas. O método teórico nos orienta para um norte e aprofundamento das nossas discussões teóricas e empíricas. Entretanto, estar ciente dos riscos, é útil para observá-las e

ter rigor metodológico e conceitual teórico daquilo que estamos debatendo e escrevendo. O método permite-nos escapar dos perigos e nos levar a um norte do pensamento intelectual e teórico. Nos trabalhos que tenho realizado, procurei me ancorar no rigor do tratamento teórico e metodológico adotado no desenvolvimento das pesquisas teóricas e empíricas. Procurei fugir da racionalidade filosófica do pensamento liberal e do positivismo. Este pensamento está consolidado em nossa sociedade desde da Proclamação da República em 1889, portanto, temos que fazer um mínimo de esforço para não continuarmos reproduzindo estes pensamentos.

Como relaciona a Geografia e o método da dialética materialista. Interessante esse questionamento, pois, o que é Geografia, vai depender do método teórico que empregamos. Pela mesma forma que o conceito de território depende do método teórico, o que é Geografia também passa pelo mesmo procedimento. Como a Geografia trabalha o espaço geográfico a partir do método do Materialismo Histórico Dialético? Salvador (2012) dá algumas pistas sobre este questionamento. Segundo ele, a ciência geográfica, pode ser exemplificada pela relação homem ou sociedade (sujeito) e espaço (objeto): os homens produzem historicamente o espaço. Enquanto produto social, o espaço condiciona a práxis dos homens.

A categoria filosófica analítica da Geografia é o espaço geográfico, independentemente da posição teórico-metodológica de cada geógrafo. Santos (1999, 1997) define o espaço como o conjunto indissociável e contraditório de objetos (naturais e artificiais, sendo que estes são cada vez mais preponderantes) e ações, podendo ser estudado pelas categorias analíticas forma (o aparente), função (o conteúdo da forma), processo (a dinâmica do espaço) e estrutura (o todo, a organização ou a essência do espaço). É um conceito de espaço que dá conta da totalidade do processo e movimento dialético no espaço geográfico. É um princípio básico do método em discussão que trabalha com a totalidade e contextualiza o objeto no tempo e no espaço e não o objeto como algo fragmentado isolado.

A Geografia que percorre este caminho metodológico ficou conhecida como Geografia Crítica. Já há algum tempo, que temos geógrafos marxistas e anarquistas. Podemos destacar Jean Jacques Élisée Reclus (1830-1905) um geógrafo e militante anarquista que foi membro da Comuna de Paris e da Primeira Internacional dos Trabalhadores. E o geógrafo russo Piotr Alexeyevich Kropotkin (1842-1921) ativista político,

anarquista e comunista. No século XX, tivemos vários geógrafos de linhagem marxista. Nos anos de 1960, os geógrafos começam a tomar uma posição mais crítica e passa ter uma orientação filosófica em direção ao marxismo. Em 1964, os geógrafos Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste publicaram a obra *La géographie active*, que foi um pontapé inicial na busca de uma Geografia mais questionadora como o próprio nome sugere - Uma Geografia Ativa.

No século XX, vários geógrafos começaram a pensar a ciência geográfica por meio das lógicas do movimento, das contradições e da interação universal dos fenômenos. Buscam uma Geografia em uma perspectiva revolucionária. Aqui no Brasil, essa Geografia ficou apelidada de Geografia Crítica. É a Geografia da práxis social, isto é, quando o conhecimento passa de uma fase doutrinária para se tornar revolucionário. Nos anos 1970, o movimento filosófico da Geografia Crítica começa a despontar com os geógrafos Milton Santos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Manoel Correia de Andrade, Carlos Walter Porto Gonçalves, Ruy Moreira, Armem Mamigonian e outros. O ponto alto deste movimento aconteceu em 1978, em pleno governo militar, no terceiro encontro de geógrafos em Fortaleza, quando os referidos geógrafos assumiram uma postura mais radical de uma Geografia revolucionária.

Como expusemos nos parágrafos anteriores, que o método é uma questão de opção pessoal e que o método é um caminho para trilharmos o nosso trabalho na pesquisa científica, naturalmente, temos que abraçar um método teórico para mediar a interpretação de nossas pesquisas. Dentro do universo dos métodos teóricos optei pela dialética materialista para trabalhar a ciência geográfica. Esta opção me permite trabalhar dentro do universo da Geografia Humana, mesmo que eu tenha as minhas preferências nas subáreas da Geografia Humana. Em termos práticos, no mestrado em Geografia, tenho orientado trabalhos e pesquisas na Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia e Ensino, Geografia Regional e Geografia e Gênero, todas estas subáreas do conhecimento geográfico em uma perspectiva metodológica interpretativa a partir dos princípios teóricos da Geografia Crítica.

Essa perspectiva teórico-metodológica orientou e orienta minha visão de geógrafo. Entretanto, destaco que tenho procurado me resguardar de conclusões ou julgamentos *a priori*, mas, procuro questionar o passado em seus determinantes/condicionantes e quais foram/são suas inserções no presente. Como todo pesquisador, eu também sempre tive em mente que as abordagens estarão sujeitas a revisões, por isso, não se alcança a suposta *objetividade* em estudos concebidos como *definitivos*, mas, sim quando se está convicto da

necessidade de rever procedimentos e concepções. Acredito que ancorado nesses princípios, tenho a possibilidade de compreender e explicar as situações e os problemas/situações investigados e, sobretudo, a entender e compreender a construção do espaço geográfico em uma sociedade capitalista contraditória socialmente e constituída por classes.

No Brasil, o debate teórico da Geografia Crítica pode ser muito útil, dada a dimensão territorial e a grande desigualdade social. Esse vasto território desigual como objeto da Geografia a ser analisado, é importante que compreendemos esse objeto definido como conjunto indissociável e contraditório de objetos (naturais e artificiais) e ações, como afirma Santos (1999). Ou seja, quando nós geógrafos olhamos para o espaço geográfico vemos um espaço constituído de objetos técnicos (com toda uma estrutura física e não física construída) onde os agentes econômicos e agentes sociais e políticos estabelecem as suas ações. Esta é uma forma crítica de analisar que dar visibilidade aos aspectos contraditórios contidos no espaço geográfico construído pelo modo de produção capitalista com mediação do Estado.

Em minhas análises geográficas procuro delinear este aparato analítico nos textos produzidos e publicações. A Geografia Crítica trabalha basicamente com duas classes sociais – os trabalhadores e os donos dos meios de produção (atualmente, a burguesia, principalmente a imprensa burguesa, denominam os trabalhadores de colaboradores). Entretanto, sabemos que dentro da classe dos trabalhadores, há outros grupos sociais como os ribeirinhos, quilombolas, camponeses, seringueiros e outros grupos, entre os quais, podemos destacar a comunidade LGBT (embora, essa comunidade é composta por trabalhadores e empresários, inclusive, de esquerda ou direita). Partindo deste pressuposto, é necessário que a Geografia tenha uma visão plural destes grupos sociais. Há tempos, que a Geografia vem fazendo um trabalho plural abordando desde, os diversos atores sociais e políticos como a Geografia e gênero na arena local, regional, nacional e internacional. O importante para nós pesquisadores é a escolha do método teórico de interpretação para trabalharmos as categorias.

Por exemplo, tenho pesquisa na área de Geografia e gênero com meus alunos de PIBIC e na pós-graduação. A Geografia e gênero já é uma área da ciência geográfica que está em debate acadêmico e científico e visibilidade na comunidade científica. Já têm várias obras publicadas e revistas especializadas no assunto. Podemos citar o exemplo da Revista Latino-

americana. Martínez (1995) citado por Silva (1998), afirma que existem, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia onde é fundamental o enfoque de gênero relatando que:

1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza: o espaço enquanto constructo social e de gênero; o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero; a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo). 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero. 3) o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais). (MARTÍNEZ, 1995;18).

Ou seja, os que os autores abordam é muito interessante, é uma Geografia bem vinda, mesmo que seja tarde (já deveria ter chegado muito antes, poderia ter chegado junto com a formação da própria ciência geográfica, infelizmente, isso, não aconteceu, mas, felizmente, chegou). Trabalho e desenvolvo pesquisas nesta área de forma muito confortável. Claro colocando um tempero da dialética materialista, ou seja, vivemos em uma sociedade de classes que, inclusive, constrói essa desigualdade social entre homens e mulheres.

O cientista e pensador Friedrich Engels em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, que teve a primeira publicação em 1884, esboça sobre a exploração da mulher na sociedade capitalista. A propriedade privada juntamente com o Estado burguês construiu uma sociedade desigual entre homem e mulher. Partindo destes referenciais, podemos construir uma Geografia que vislumbra o espaço social em suas multidimensões, dando visibilidade aos diversos atores sociais que compõe a nossa sociedade. Como procedimento intelectual-metodológico, a ciência geográfica pode trabalhar a questão de gênero a partir de uma leitura do espaço nos princípios da Geografia Crítica.

Tenho procurado nas investigações e pesquisas ampliar as leituras e interpretações sobre as diversas faces dos sujeitos sociais considerando as suas temporalidades dentro do espaço-tempo. Compreender a história e o contexto social e temporal dos sujeitos sociais, nos possibilita um melhor entendimento do que estamos trabalhando e analisando. Temos que ir além da narrativa linear, das aparências, das concepções positivistas e do que aparenta real, para chegarmos nas essências dos objetos que estamos investigando. Em nossa compreensão, temos que ir além dos fatos, os fatos não são uma fotografia do espaço, pelo contrário, eles acontecem em um contexto social e político no tempo e no espaço.

Tomemos um exemplo, a Revolução Francesa que aconteceu na França entre 1789 e 1799, foi um movimento revolucionário da burguesia capitalista para chegar ao poder. Entretanto, as revoluções burguesas mais especificamente, os movimentos sociais burgueses que aconteceram nos outros países, foram muito diferentes, não foi mais revolucionário, pois, com o tempo a burguesia tornou-se conservadora e não revolucionária. Inclusive, nos movimentos burgueses remanescentes da Revolução Francesa não houve tanta violência como no francês.

Apossar deste raciocínio ou pensar nesses termos, supõe negar a linearidade dos fatos singulares e isolados como querem os positivistas, porque os fatos se desdobram em uma teia de relações multifacetadas em que há avanços e retrocessos que compõem a realidade vigente de uma determinada sociedade em determinado tempo e espaço. A realidade é muito dinâmica e diversa. Portanto, temos que investigar os fatos e fenômenos como sendo objeto que faz parte de um contexto político, cultural, ideológico, social e econômico. Deve ser analisado dentro de um contexto, dentro de uma totalidade como propõe a dialética materialista.

Além de analisarmos o conhecimento científico que investiga os fatos naturais e sociais dentro de um contexto social e político, temos que ter em mente que a ciência pode ser apropriada por uma classe social ou instituição para beneficiar os seus interesses. Desde a Grécia antiga, o conhecimento vem avançando na tentativa de compreender as questões sociais, políticas e culturais da nossa sociedade. Nos últimos anos, a ciência tem debruçado sobre as questões ambientais com muito sucesso. Mas tem um fato que não podemos esquecer, o conhecimento científico, historicamente foi apropriado por uma classe social. Nos últimos séculos, quem apropriou deste empreendimento foi a burguesia capitalista. A ciência tem grande potencial de equacionar os problemas humanos, mas, ela é apropriada e instrumentalizada pelo Estado e pela burguesia capitalista a serviço dos seus interesses. Por exemplo, enquanto vemos no campo, máquinas de última geração tecnológica, nos hospitais que atendem a população de baixa renda, sequer não há um mamógrafo para realizar exames para as mulheres. Ou seja, a ciência e sobretudo, o conhecimento técnico-científico estão a serviço do mercado e não da população.

É a partir deste princípio que tenho desenvolvido as minhas pesquisas na ciência geográfica.

PESQUISAS DESENVOLVIDAS E CONCLUÍDAS

Nos próximos parágrafos descrevo sobre as pesquisas desenvolvidas durante a minha jornada na pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Tocantins. Na pós-graduação tem uma coisa muito interessante, que é o desenvolvimento da pesquisa por mais de uma pessoa, pois, nós pesquisadores temos um orientando(a) para nos auxiliar nas pesquisas. Ou seja, não estamos sozinhos nessa missão tão importante. A primeira pesquisa que desenvolvemos (eu o orientando Lázaro Wandson De Nazaré Teles) foi: *Da terra de negócio a terra de trabalho: um estudo no Assentamento Progresso, Pequizeiro – TO*. Nesta pesquisa, procuramos analisar os sujeitos sociais ligados a terra, isto é, os camponeses que resistem as forças violentas e imperativas da aristocracia agrária e do Estado burguês.

A estrutura fundiária no Brasil é marcada por grandes desigualdades, onde muitos com pouco e poucos com muito. Essa tem sido a lógica do campo brasileiro ao longo de 500 anos. Esses problemas de concentração da terra ao longo de séculos de história do nosso país, vem sendo marcada por uma nova organização, reivindicação e luta no campo brasileiro, imprimida pelos camponeses. Essa é a luta entre a terra de negócio e a terra de trabalho. Uma luta entre aqueles que veem a terra como mercadoria e aqueles que veem a terra como instrumento de trabalho e sobrevivência. A luta pela criação de assentamentos é também uma luta contra o próprio latifúndio e sua criação é uma recusa ao modelo concentrador do Brasil.

O objetivo da pesquisa foi analisar o Assentamento Progresso no município de Pequizeiro – TO, como fração do território capitalista, a partir das novas formas de produção e relações sociais de produção. O método utilizado foi o materialismo dialético para analisar as contradições sociais recorrentes no campo e o impacto da criação do Assentamento Progresso das famílias assentadas. Os resultados da pesquisa empírica apontam que a criação do assentamento marcou a transição da terra de negócio para a terra de trabalho. Essa pesquisa foi importante para conhecermos um pouco mais sobre a estrutura fundiária e a situação dos camponeses no Tocantins.

A segunda pesquisa foi com orientado Diógenes Alencar Belwerk com a temática *A influência do transporte multimodal de cargas no desenvolvimento regional capitalista da Amazônia Legal: o caso de Palmas-TO*, desenvolvida em 2014. A pesquisa procurou analisar

o transporte multimodal de cargas e sua influência no desenvolvimento regional capitalista da Amazônia Legal, destacando a capital do estado do Tocantins – Palmas. E abordar a produção e reprodução do espaço no contexto da Amazônia, apresentando os conceitos de região, como também a discussão regional da Amazônia, Tocantins e Palmas. Levantamos uma crítica a teoria dos polos de crescimento e ao planejamento regional analisado. O protagonismo econômico regional de Palmas diante do contexto estadual e regional culminado à cidade-fluxo, foi objeto de análise.

As discussões teóricas permitiram considerar três pontos chaves: uma abordagem na formação socioespacial da região com o entendimento do ciclo de produção e reprodução do capitalismo; um entendimento nas estratégias da teoria regulatória da economia para gerir a gestão da região; e por fim os circuitos econômicos e o debate regional. O desenvolvimento regional de Palmas é configurado sob novas formas de aglomeração e adensamento urbano na Amazônia brasileira, caso explícito é a própria gênese de Palmas, uma cidade projetada e planejada que impulsionou uma nova dinâmica espacial. A economia regional foi potencializada e o PIB regional também, mas, de forma contraditória com os ditames do capital, onde persiste luta de classes e uma classe se apropria de parte significativa da renda.

A terceira pesquisa foi com Lucas José Guimarães com a temática *Palmas-TO: capital tocantinense moderna: análise do programa de asfalto comunitário nas quadras 506 Norte e 507 Sul*, em 2016. A pesquisa procurou analisar o processo de pavimentação asfáltica em duas regiões do Plano Diretor de Palmas: as quadras 507 Sul e 506 Norte. A pesquisa demonstra que planejamento urbano é um processo que visa melhorar os problemas enfrentados pelas cidades, mas os resultados do planejamento urbanístico se mostraram insatisfatórios do ponto de vista da qualidade de vida para a população, especialmente no aspecto de infraestrutura básica. Os resultados permitiram inferir que a conquista do asfalto pelos moradores das quadras estudadas decorreu de um longo processo de negociação com o poder público, isto é, está aí, a luta de classes, em que os trabalhadores e a população de baixa renda precisam se organizar politicamente para atender as suas demandas.

Com a persistência dos moradores, eles conseguiram a aprovação de uma lei específica, que autorizou a realização dos serviços de pavimentação asfáltica, mediante a participação conjunta do município e dos proprietários dos imóveis. O Plano Diretor Participativo proporciona as cidades o maior poder de mobilização e discussão dos

problemas municipais, a fim de evitar percalços. No entanto, para que a lei não seja entendida enquanto apenas de “gaveta” existe necessidade de avanço no diálogo entre as representações dos moradores, no caso, as associações, o poder público e o setor privado. Em resumo, só mesmo a mobilização política dos interessados para que as coisas aconteçam.

A quarta pesquisa foi com Marlucy Sousa Albuquerque Palmeira com a temática *As territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína-TO* em 2016. A pesquisa teve como objetivo compreender as territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR-153 no perímetro urbano de Araguaína-TO, e identificar os fatores que propiciaram a instalação dos territórios de prostituição em lócus. Analisamos também o perfil socioeconômico dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa e a existência da atividade de lenocínio (cafetinagem) nos territórios. Com a construção da BR-153, muitos estabelecimentos foram instalados às suas margens, dando origem a muitos aglomerados urbanos.

No perímetro urbano de Araguaína-TO, além dos estabelecimentos comerciais convencionais, tem surgindo outro tipo de comércio: a prostituição. Mulheres e travestis constroem e (des)constroem territórios de prostituição em uma disputa pelos clientes que trafegam a localidade. Essa construção e (des)construção provocam uma alternância no uso dos espaços, que durante o dia são ocupados por funcionários e clientes dos estabelecimentos instalados às margens da rodovia, e à noite, dão lugar a mulheres e travestis envolvidos na prostituição e seus clientes. Em virtude desse fenômeno, há uma nítida mudança na paisagem, o que revela um processo de contradição socioespacial.

A quinta pesquisa foi com a orientada Lucinéia Medrado de Souza com a temática - *A histórica caminhada do assentamento padre Josimo I e II na luta pela terra em Cristalândia-TO* em 2017. O foco da pesquisa foi analisar como foram organizadas as ações políticas e territoriais na trajetória do processo de formação e ocupação do assentamento Padre Josimo I e II em Cristalândia-TO. As ações começaram por volta de 1984 na região com forte influência da Comissão Pastoral da Terra e com aliados como partidos políticos, sindicatos e instituições religiosas.

Padre Josimo foi um defensor da luta pela terra e lutou junto às famílias do Bico do Papagaio que buscavam a posse da terra para morar e produzir o alimento. A partir de sua luta, vários assentamentos agrários foram criados em homenagem ao seu nome. Foi um ator

e liderança militante em defesa da reforma agrária no Tocantins. A reforma agrária surge como uma política para equacionar a questão da posse da terra aos trabalhadores, fazendo a divisão das terras particulares e públicas improdutivas. Observando os debates sobre a Reforma Agrária no Brasil é possível verificar que as desigualdades sociais não são problemas da atualidade, não é uma questão pontual e temporal. Já no processo de colonização de exploração iniciada em 1500 pelos portugueses, dá-se início também, ao processo de desigualdade quanto a posse da terra. Primeiro a exploração dos recursos naturais (pau-brasil, ouro, diamantes) depois a exploração da produção (cana de açúcar). Hoje é o agronegócio o grande promotor da concentração fundiária e violência no campo.

A sexta pesquisa foi com o orientado Israel de Paula Maia com a temática *O processo de (des) continuidade socioterritorial no projeto de assentamento Irmã Adelaide, Miracema Do Tocantins – TO* em 2018. O objetivo da pesquisa foi analisar a dinâmica de continuidade socioterritorial e econômica do P.A Irmã Adelaide, bem como entender a situação socioeconômica das famílias observando as possibilidades e expectativas de continuidade socioterritorial perante as contradições do modo de produção capitalista.

Foi identificado a presença de problemas sociais ainda não equacionados no assentamento que precisam ser superados, como reforma das habitações, atendimento médico e créditos para investir na produção. Constatamos que a continuidade social e economicamente o assentamento é uma incógnita, pelo fato dos assentamentos agrários não terem o apoio devido do poder público e sobretudo, a pressão e expansão do agronegócio em terras de assentamento. Os trabalhadores camponeses são coagidos, explorados pela aristocracia agrária e invisíveis pelo Estado.

A sétima pesquisa foi com o orientado Alisson Almeida dos Santos com a temática *Território de conflito e disputa: o caso dos índios krahô e a expansão agropastoril no Nordeste do estado do Tocantins* em 2019. O objetivo da pesquisa foi compreender os conflitos e disputas territoriais do agronegócio e os povos indígenas krahô no Nordeste do Tocantins, a partir da expansão do agronegócio no entorno imediato do território krahô. Observou-se em pesquisa de campo que os povos krahô foram e estão sendo impactados pelo avanço da produção da soja e do eucalipto, inclusive, do ponto de vista da alimentação, com a escassez da caça e pesca. É perceptível que há confinamento e cercamento do território krahô pelo agronegócio. A tendência desse processo de cercamento é intensificar nos próximos anos.

A oitava pesquisa foi com o orientado Rodrigo de Sousa Bazzoli com a temática *Habitação como mercadoria: urbanização, financeirização e reificação da moradia em Palmas – TO* em 2019. O objetivo da pesquisa foi compreender a produção da habitação como mercadoria, na forma de produto imobiliário, incluindo, a reprodução do lote urbano. A pesquisa baseou em três pontos: a urbanização, dada pela ressignificação dos valores de uso do solo, realizada no processo de divisão social e espacial do trabalho; a financeirização, dada pela ressignificação dos valores de troca, realizada pela alienação da força de trabalho no modo de produção capitalista; e a reificação, que se manifesta pela ressignificação dos valores de signo das relações sociais e de trabalho, neste caso, no espaço urbano e na obtenção de lotes habitacionais.

Empiricamente, notou-se que a reprodução do solo urbano na capital, fixando-se ao uso habitacional, gerida pelo Estado e pelos agentes imobiliários, possui um comportamento peculiar no mercado, tanto em relação a produção e demanda, como em relação a avaliação e valorização. A partir da sistematização da reprodução da mercadoria imobiliária, adotando o conceito de valor-trabalho, se confirma a existência de diversos ciclos de acumulação de capital, da apropriação de renda da terra e mais-valia fundiária urbana.

A nona pesquisa foi realizada com a orientada Mariana Calasans de Oliveira com a temática *Planejamento e contradições: o código de obras e a produção do espaço urbano de Palmas-TO* em 2023. O objetivo da pesquisa foi refletir de que maneira o Código de Obras de Palmas, instrumento de controle e efetivação da Política Urbana municipal, contribuiu no processo de produção do espaço urbano. A cidade de Palmas projetada para o estado de Tocantins em 1989, apresenta problemas urbanos típicos de grandes cidades capitalistas brasileiras, que vão desde a segregação socioespacial e alta especulação imobiliária até ilegalismos de uso e ocupação das unidades imobiliárias, com desvios de destinação, extrapolamentos de coeficiente de uso e apropriação de logradouros públicos.

À luz da teoria da produção social do espaço analisada, inferimos que há um choque entre o que é imposto pelo código de obras (planejamento) e o que existe (produzido) no espaço urbano de Palmas. A produção do espaço urbano de Palma não se deu de forma adequada por um planejamento baseado em projetos, planos e legislação urbanística, mas, por ilegalismos de uso e ocupação, por edificações que pouco consideraram o planejamento previamente estabelecido. A análise permitiu verificar que o Código de Obras de Palmas é alicerce da política urbana municipal desde a concepção da cidade e trouxe, desde a

primeira publicação, mecanismos de licenciamento e fiscalização que pudessem efetivar a política urbana no sentido de cumprir em algum limite, a função social da propriedade privada e da cidade.

Entretanto, o instrumento é enfraquecido por leis paralelas que permitem o licenciamento de edificações mesmo em desacordo com o código e fragilizado nas análises de empreendimentos de médio e grande porte e complexidade, uma vez que não há regulamentação de estudo de impacto de vizinhança, por exemplo. De tal modo, Palmas tem produzido um espaço urbano conflitante, engendrado principalmente por interesses econômicos e especulativos de grupos isolados em detrimento do coletivo que, ao intervir no urbano, reverberam na forma de morar, trabalhar e socializar de seus habitantes.

A décima pesquisa realizada foi com a orientada Gildásia Pereira da Costa Borges com a temática *Educação escolar quilombola e o ensino de geografia nas escolas públicas de Araguatins-TO: realidade, legalidade e propostas* em 2023. O objetivo da pesquisa foi debater teórica e empiricamente a interface da Educação Escolar Quilombola no Ensino de Geografia (Ensino Fundamental II) nas escolas públicas de Araguatins-TO. E analisar as propostas pedagógicas dos professores de geografia e a atuação do poder público municipal e estadual, referente a Educação Escolar Quilombola no Ensino Fundamental II das escolas públicas de Araguatins-TO.

Observou-se ausência de formação continuada específica para os professores de geografia, falta de um currículo multicultural e insuficiência de material didático que pautem a história e cultura na formação do Brasil dos afrodescendentes e quilombos. A aplicabilidade da Lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do estudo da História e cultura da África e afro-brasileira nos estabelecimentos escolares públicos e privados, não está sendo aplicada em sua plenitude nas unidades escolares analisadas.

O cenário evidencia que a atuação do poder público municipal e estadual, diante dos dispositivos legais que amparam a Educação Escolar Quilombola, é frágil, pois não geram resultados que tonificam uma educação para as relações étnico raciais, capaz de romper com o racismo e o preconceito. A ausência de políticas educacionais que visibilize a população negra, ainda operante no sistema educacional da rede municipal e estadual de ensino em Araguatins-TO, cerceia a possibilidade de reconhecimento tão aspirado pelos remanescentes de quilombo Ilha de São Vicente.

Além destas pesquisas delineadas nos parágrafos anteriores, tenho desenvolvido outras pesquisas de projetos aprovados e financiados pelo CNPq e CAPES. Em 2013 e 2014, fiz um estágio de pós-doutoramento no IESA/UFG. O título do estágio foi *territorialização dos atores hegemônicos e o desenvolvimento regional e local: uma análise crítica sobre o Tocantins*. Neste estágio tive a oportunidade de sistematizar todos os meus conhecimentos e experiências acumuladas de longos anos de pesquisa teórica e empírica, afinal de contas, tive um ano de afastamento para cuidar das pesquisas. Para elaborar um texto-relatório científico reuni todas as minhas experiências teóricas e empíricas da Geografia regional e sobretudo a Geografia regional do Tocantins e esbocei um ensaio teórico e empírico. De posse destas experiências, organizei um texto das minhas convicções teórica-metodológica e empíricas e coloquei em um texto que transformou em um livro.

O livro com o título *Desenvolvimento regional e local e o processo de territorialização dos atores hegemônicos no Tocantins* - aborda sobre as políticas públicas de desenvolvimento regional e avalia os desdobramentos sociais resultantes da atuação destas políticas no estado do Tocantins. Procura compreender o papel dos atores hegemônicos no desenvolvimento regional e humano e, sobretudo, debater de forma crítica os desdobramentos sociais e econômicos destes atores no Tocantins. As pesquisas empíricas apontam que o processo de territorialização dos atores hegemônicos e a atuação das políticas de desenvolvimento no âmbito do espaço regional, não contribuíram de forma desejável (positiva) para o avanço dos indicadores socioeconômicos no recorte temporal do século XXI.

Entre 2012 e 2016, coordenei o projeto de pesquisa (CASADINHO/PROCAD/CNPq/CAPES) - *Cidades, fronteiras e população tradicional: a construção da abordagem geográfica dos territórios tocantinense e goiano*. O projeto foi desenvolvido em parceria entre com IESA/UFG e o Mestrado em Geografia/UFT/Porto Nacional -TO. Os objetivos foram organizados em dois eixos: os relativos à consolidação dos programas de pós-graduação e da rede de pesquisadores do projeto. Os objetivos foi desenvolver meios de comunicação e cooperação acadêmico-científica entre pesquisadores e as instituições envolvidas, por meio de programas de pós-graduação e grupos de pesquisa e grupos de estudos. Com esse projeto tivemos parcerias com pesquisadores da Universidade de Inhambane (Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane) em Moçambique. Com estas parcerias foi possível construir um intercâmbio internacional entre

professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação de mestrado e doutorado. Com as pesquisas teóricas e empíricas do projeto publicamos vários artigos em periódicos, livros e capítulos e realizamos eventos.

Entre 2014 – 2016, coordenei o projeto de pesquisa - *Fronteira e modernização agrícola na região nordeste do Tocantins: uma análise dos impactos socioterritoriais nas comunidades tradicionais*, aprovado e financiado pelo CNPq com recursos de custeio e de capital e de bolsas. Os objetivos do projeto foram analisar as transformações socioterritoriais na região Nordeste do Tocantins nos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus, Santa Maria, Itacajá, Tupiratins, Itapiratins, Centenário, Recursolândia, Campos Lindos, Goiatins, Palmeirante e Barra do Ouro; analisar o processo de modernização da agricultura já presente na região e identificar e analisar a integração da economia agrícola ao circuito da economia urbana; observar os impactos do agronegócio e o processo de cercamento na reserva indígena krahô. As pesquisas realizadas apontam que já existe fortes sinais de mudanças econômicas, sociais e culturais no território krahô em função da expansão do agronegócio na região.

Entre 2018 e 2022 coordenei o projeto - *Fronteira agrícola na região e os impactos socioterritoriais no território dos indígenas krahôs*, aprovado e financiado pelo CNPq com recursos para custeio, capital e bolsas. O objetivo do projeto foi analisar as transformações socioterritoriais e as mudanças socioculturais proveniente da expansão do agronegócio no território dos indígenas Krahôs. As pesquisas deste projeto possibilitaram-nos aperfeiçoar e aprofundar o debate teórico sobre os temas regionais tais como as comunidades tradicionais, território indígena, os impactos da fronteira agrícola no espaço agrário de Tocantins.

O país nos últimos anos, está se transformando em um “grande fazendão” com o avanço do agronegócio nas áreas de cerrado e na Amazônia. No “fazendão” não há espaço para os camponeses e para as comunidades tradicionais, em se tratando de uma vida com dignidade destas comunidades. O avanço e incorporação de novas áreas ao agronegócio só é possível acontecer, se houver o desmatamento, embora, com a tecnologia, a produtividade por hectare possa aumentar, os capitalistas não se contentam com este aumento da produtividade, eles querem mais. Ou pode ainda, ocupar terras já desmatadas em consequência da expansão da pecuária. O desmatamento é o inimigo número 1 dos indígenas, pois, este destrói a coisa mais preciosa que eles precisam que é a natureza. Sem a

floresta, a caça e até a pesca podem desaparecer - atividades que os indígenas praticam para sua sobrevivência.

Em todas as pesquisas descritas, publicamos artigos científicos em revistas e capítulos de livro. As pesquisas desenvolvidas contribuíram de forma significativa para a minha formação intelectual-acadêmica e aprimoramento da ciência geográfica com destaque a Geografia regional no âmbito do curso de Geografia - graduação e pós-graduação da UFT. Em tempos de negacionismo da ciência, acredito que as pesquisas realizadas e efetivadas com a publicação do material empírico, é um avanço comemorável para nós pesquisadores. Estamos em um momento que as ciências da área das Humanidades foram colocadas em segundo plano pelo Estado nos últimos anos. Além do mais, não tivemos estímulos e incentivo financeiro do Estado para desenvolvermos as nossas pesquisas científicas.

PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS PASSADAS, MAS, O PERCURSO CONTINUA

A Universidade para mim, é um lugar do trabalho, mas, é também o lugar do acolhimento, da esperança, da ciência, da denúncia dentro dos critérios científicos, do saber, da liberdade para se debater os interesses plurais e conflitantes e sobretudo, o lugar onde pode surgir ou ter respostas para os nossos problemas sociais, econômicos, emocionais, de saúde, culturais, políticos e ambientais. Pois, é o lugar onde se constrói a ciência, o conhecimento e estes, poderão trazer respostas aos problemas elencados. No meu caso, foi onde me formei como professor, pesquisador e educador e onde trabalho para sobreviver e onde posso fazer uma das missões mais sagradas, ensinar e aprender e transmitir o conhecimento científico e, sobretudo, construir o conhecimento científico a partir da pesquisa.

Aqui, na UFT, já tenho um legado de 17 anos e na pós-graduação mais de 10 anos, mas, ainda vislumbro muita coisa para o futuro. Trabalhar com ciência, com a Geografia, tem destas coisas de olhar para frente, por um fato muito simples, quanto mais o pesquisador trabalha, ele adquire experiência. E quanto mais adquirimos experiência, mais afiados ficaremos para o trabalho de pesquisador. As pesquisas científicas nos permite novas descobertas, novas ideias, novas conclusões, confirmar hipóteses, ou seja, é como diz

saudoso Cazuzá – “o tempo não pára”. Quanto mais os cabelos ficam brancos, mais acumulamos experiências.

Nós pesquisadores estamos sempre com uma ideia no “gatilho” para trabalhar, para colocar no papel, para pesquisar, afinal, sempre temos o intuito de desenvolver um novo projeto de pesquisa. As experiências passadas são importantíssimas – é o legado, pois, elas nos conduzem para as futuras pesquisas que se tornarão experiências novamente. Ainda tenho um tempo útil para desenvolver as minhas pesquisas na Geografia Humana e na Geografia Regional, e pretendo trilhar esta jornada com a comunidade científica da UFT e a comunidade externa. A ciência geográfica me desperta para a pesquisa, e com isso, me empolga para futuros trabalhos de pesquisa. Frequentemente, estou visualizando os sites da CAPES, do CNPq, do FINEP e outros em busca de editais abertos que posso submeter os projetos de pesquisa para desenvolver as minhas pesquisas.

Com as experiências passadas, as minhas ideias estão mais maduras e inteligíveis, inclusive, pretendo fazer a segunda edição atualizada do livro - *Desenvolvimento regional e local e o processo de territorialização dos atores hegemônicos no Tocantins*. No entanto, depois de tantos anos de pesquisa e experiências teóricas (provenientes das leituras) e empíricas (provenientes das pesquisas de campo), as vezes sou tomado por outra dúvida: qual o meu legado? Talvez a intenção de trilhar um caminho na tentativa de construir uma compreensão sistemática da realidade social que nos circundam, seria uma resposta mais concreta. Essa dúvida, penso que pode ser minha maior contribuição, se não for, pelos menos valeu e continua valendo, pelo fato de ter tomado a iniciativa de uma tentativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta jornada de trabalho e de pesquisa na pós-graduação em geografia na Universidade Federal de Tocantins, foi possível acumular muitas experiências teóricas e empíricas na área da geografia humana e regional. Aprofundei e aprimorei os conhecimentos sobre a geografia tocantinense. Tive contato com vários assentamentos agrários e comunidades tradicionais, entre as quais, destaco os povos indígenas Krahô e quilombolas no Tocantins. Os contatos com estas comunidades e assentamentos são frutos de trabalho de campo realizados durante os 17 anos de atuação como professor e pesquisador na Universidade Federal de Tocantins. Pesquisar estas comunidades me

permitiu compreender e conhecer mais um pouco sobre o seu território, cultura e a história. Os vários anos de pesquisas e trabalho na pós-graduação me permitiram a formação intelectual e profissional e construção de um cabedal de conhecimento na área de atuação.

A cada orientação de mestrado é um novo momento de aprendizado sobre o tema de pesquisa do orientando. Foram vários os orientandos que trabalhei que tive a oportunidade de lidar com diferentes temas interessantes. No processo de orientação, há também um aprendizado juntamente com os alunos/mestrandos. Foi um aprendizado importante para a minha formação como professor/pesquisador. As aulas também no curso de pós-graduação também me permitiram o avanço e aprimoramento do conhecimento científico. As aulas nos permitem um aprendizado muito interessante, é uma troca do conhecimento entre o professor e os alunos que constrói o conhecimento tanto para o aluno, como para nós professores/pesquisadores.

Os frutos colhidos em todos esses anos de trabalho pesquisa, de ensino e de extensão e com a apresentação e trabalhos científicos em eventos, publicação de artigos científicos em revista qualis, de livros e capítulos de livros contribuíram de forma significativa para a minha formação pessoal como intelectual, pesquisador e profissional. O saldo destes trabalhos e pesquisas na pós-graduação foi e é muito positivo para mim, como pesquisador e foi possível construir um acervo teórico-empírico que está estabelecido em relatórios científicos, em artigos publicados em revistas qualis e em livros.

A criação do curso de Pós-graduação em Geografia no Campus Universitário de Porto Nacional, é mais uma vitória do povo tocantinense e de todos nós pesquisadores da UFT. As pesquisas delineadas e desenvolvidas só foram possíveis, graças a criação deste curso. Acredito que nossas pesquisas contribuíram para o aprimoramento do conhecimento científico no âmbito da Geografia humana regional do Tocantins. O conhecimento científico pode nos ajudar a equacionar grande parte de nossos problemas sociais, que por sua natureza, são complexos e, se são complexos, para equacioná-los, não temos repostas simples. Entretanto, a ciência é capaz de lidar de forma viável e possível, com esses problemas complexos.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e o Estado**. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Tradução de Lendro Konder.

MARTÍNEZ, Ana S., MOYA, Juana R. e MUNOZ, M. **mujeres, espacio y sociedad - hacia una geografía del género**. Madrid: Síntesis, 1995.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular. São Paulo: 2011.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, jan./jun. 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SILVA, Susana Maria Vele da. Geografia e Gênero. Geografia e gênero/geografia feminista o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**. n. 23, AG8-PA -Porto Alegre-RG - p. 104- 110 - Março /1998.

Roberto Souza Santos - Graduado em Geografia, Mestre em Planejamento Urbano pela UnB-DF e doutorado em Geografia Regional pela UNESP-Rio Claro SP. Professor associado do curso de Geografia do Campus Universitário-UFT de Porto Nacional-TO e professor permanentec do Mestrado em Geografia UFT Porto Nacional. Pós-doutorado em geografia humana pelo Instituto de Estudos Socioambientais -IESA-UFG Goiania-GO. Membro do Necleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrarios - NURBA.

Recebido para publicação em 28 de maio de 2023.

Aceito para publicação em 04 de agosto de 2023.

Publicado em 15 de agosto de 2023.